Contribuintes podem consultar pautas fiscais

por *Luciana Azevedo*

Visando facilitar o acesso para contribuintes e servidores, a Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz) consolidou as informações sobre os preços referenciais de mercado nas operações com os diversos produtos sujeitos à sistemática de tributação relacionada à cobrança de ICMS em uma única legislação: o Ato Normativo nº 025, disponível no site da Sefaz (sefaz.pi.gov.br), desde dezembro de 2009. A medida foi estabelecida pela Unidade de Administração Tributária (Unatri), considerando a necessidade de criar mecanismos fiscais que assegurem o recolhimento do ICMS devido nas operações.

Por meio dessa norma, fica mais fácil para o contribuinte e para o próprio servidor fazer o cálculo correto do ICMS, evitando a cobrança indevida desse tributo ou que o produto não seja cobrado de acordo com o preço de mercado. A Sefaz já fazia esse trabalho, mas antes esses atos normativos não eram consolidados em um único documento, o que dificultava a consulta. O principal objetivo dessa consolidação foi juntar as informações para que o contribuinte busque todas as pautas fiscais num único ato.

Outra vantagem da consolidação das pautas fiscais em único ato normativo, além da facilidade de acesso e da verificação das pautas

que estão em vigor, é o fato do contribuinte poder se informar, de forma imediata, sobre todas as alterações de pautas fiscais regulamentadas pela Sefaz nesse mesmo ato normativo 025.

O ato normativo envolve a tributação para os seguintes produtos:

O Ato Normativo 025/09 está dividido em 11 anexos. Cada um deles diferencia a tributação de ICMS que deve ser cobrada em relação aos mais diversos produtos, sendo os seguintes: 1) primários (agrícolas, pecuários ou extrativos); 2) óleo vegetal comestível, azeite, café e açúcar; 3) comestível resultante do abate (gado); 4) cigarros; 5) cerveja, chope, refrigerante, água mineral, gelo e aguardente; 6) farinha de trigo e mistura dessa com outros produtos; 7) produtos cerâmicos; 8) prestação de serviços de transporte rodoviário de carga e do valor dos encargos correspondentes; 9) pneus Remold; 10) massas alimentícias (macarrão), biscoitos, bolachas, bolos, pães e outros derivados da farinha de trigo.

Portanto, o consumidor que trabalha com esses produtos deve consultar a página da Sefaz para manter-se atualizado sobre atos e alterações na cobrança de ICMS.

Seid será tema de termo de cooperação entre Estados

O trabalho do Piauí na área da inclusão da pessoa com deficiência, desenvolvido pela Secretaria da Inclusão da Pessoa com Deficiência (Seid), será tema de um acordo de cooperação entre os estados de Pernambuco e Ceará. Os três estados vão compartilhar suas experiências exitosas através de um termo de cooperação técnica.

Através do termo de cooperação os três estados se comprometem trocar experiência em suas respectivas áreas de excelência. Haverá uma apresentação aos visitantes sobre os Desafios e Avanços na implantação da política de inclusão da pessoa com deficiência no Piauí.

A Seid foi criada em 2003 como Coordenadoria para Inclusão da Pessoa com Deficiência (Ceid). Em 2008 foi transformada por lei em Secretaria (Seid). Também em 2008 conquistou o Prêmio Nacional de Direitos Humanos no quesito inclusão da pessoa com deficiência. Sua ações estão pautadas em seis eixos: saúde (prevenção e reabilitação); educação; acessibilidade; garantia dos direitos e controle social; qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho; e mobilização social (Fóruns da Inclusão).

A descentralização das ações da capital para o interior do Estado e o trabalho em rede são dois importantes pontos da atuação da Seid.

por *Elza Muniz*

Principais conquistas da Seid

1. Implantação da Rede Estadual de Reabilitação - Hoje, a Rede conta com 37 centros de reabilitação física de três níveis de complexidade de Norte a Sul do Estado.
2. Criação do Centro Integrado de Reabilitação (Ceir), que hoje conta com uma oficina ortopédica e está sendo construído um centro de diagnóstico de exames e imagens.
3. Teste do Pezinho - Hoje, 219 municípios do Piauí contam com o teste do pezinho operando na fase I e está sendo implantada a fase II do teste.
4. Passe livre intermunicipal - criado em 2006; hoje chega a mais de 6 mil passes.
5. Implantação do Cies - Centro de Formação e Apoio a Educação Inclusiva do Centro de Formação para Cegos e para Surdos (CAP e CAS).
6. Crescimento em 40% das matrículas das pessoas com deficiência.
7. Ampliação das salas de recursos multifuncionais de 3 para 93 unidades.
8. Acessibilidade arquitetônica de escolas e prédios públicos.
9. Construção de casas adaptadas para pessoas com deficiência, através de uma parceria com a Agência de Desenvolvimento Habitacional (ADH).
10. Criação de três centros de apoio a pessoa com deficiência na OAB, no Ministério Público e na Defensoria Pública.
11. Realização de duas rodadas de fóruns da inclusão da pessoa com deficiência.